programa final

Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais

INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia

IV Conferência Nacional de Estatística

Reunião de Instituições Produtoras
Fórum de Usuários
Seminário "Desafios para Repensar o Trabalho"
Simpósio de Inovações
Jornada de Cursos
Mostra de Tecnologias de Informação

27 a 31 de maio de 1996
Rio de Janeiro, RJ BRASIL

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação - reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação - aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato - mais flexível, personalizado e interativo - e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor enseja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político - administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa.

Simon Schwartzman
Coordenador Geral do ENCONTRO

Promoção

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
IBGE
Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABEP

Co-Promoção

Associação Brasileira de Estatística
ABE
Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABET
Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ABRASCO
Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia
ANPEC
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPOCS
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ANPEGE
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ANPUR
Sociedade Brasileira de Cartografia
SBC

Apoio

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN
Academia Brasileira de Letras
ABL
Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq
Financiadora de Estudos e Projetos
FINEP
Revista Ciência Hoje

Institutos Regionais Associados

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CODEPLAN (DF)
Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A
EMPLASA (SP)
Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A
IPLANRIO (RJ)
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CIDE (RJ)
Fundação de Economia e Estatística
FEE (RS)
Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
METROPLAN (RS)
Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
IPLANCE (CE)
Fundação João Pinheiro
FJP (MG)
Fundação Joaquim Nabuco
FUNDAJ (PE)
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADE (SP)
Instituto Ambiental do Paraná
IAP (PR)
Instituto de Geociências Aplicadas
IGA (MG)
Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis
IPEAD (MG)
Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IDESP (PA)
Instituto Geográfico e Cartográfico
IGC (SP)
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves"
IJSN (ES)
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPARDES (PR)
Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A
PRODABEL (MG)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEI (BA)

Coordenação Geral

Simon Schwartzman

Comissões de Programa

Confege

César Ajara (IBGE)
Denizar Blitzkow (USP)
Jorge Marques (UFRJ)
Lia Osório Machado (UFRJ)
Mauro Pereira de Mello (IBGE)
Speridião Faissol (UERJ)
Trento Natali Filho (IBGE)

Confest

José A. M. de Carvalho (UFMG)
José Márcio Camargo (PUC)
Lenildo Fernandes Silva (IBGE)
Teresa Cristina N. Araújo (IBGE)
Vilmar Faria (CEBRAP)
Wilton Bussab (FGV)

Comissão Organizadora

Secretaria Executiva - Luisa Maria La Croix
Secretaria Geral - Luciana Kanham
Confege, Confest e Simpósio de Inovações
Anna Lucia Barreto de Freitas, Evangelina X.G. de Oliveira, Jaime Franklin Vidal Araújo, Lilibeth Cardozo R.Ferreira e Maria Letícia Duarte Warner
Jornada de Cursos - Carmen Feijó
Finanças - Marise Maria Ferreira
Comunicação Social - Micheline Christophe e Carlos Vieira
Programação Visual - Aldo Victorio Filho e Luiz Gonzaga C. dos Santos
Infra-Estrutura - Maria Helena Neves Pereira de Souza
Atendimento aos Participantes - Cristina Lins
Apoio
Andrea de Carvalho F. Rodrigues, Carlos Alberto dos Santos, Delfim Teixeira, Evilmerodac D. da Silva, Gilberto Scheid, Héctor O. Pravaz, Ivan P. Jordão Junior, José Augusto dos Santos, Julio da Silva, Katia V. Cavalcanti, Lecy Delfim, Maria Helena de M. Castro, Regina T. Fonseca, Rita de Cassia Ataualpa Silva e Taisa Sawczuk

Registramos ainda a colaboração de técnicos das diferentes áreas do IBGE, com seu trabalho, críticas e sugestões para a consolidação do projeto do ENCONTRO.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O USO DE ESTATÍSTICAS SENSÍVEIS À QUESTÃO DE GÊNERO

Cristina Bruschini

Fundação Carlos Chagas

São Paulo, SP

Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais

IV Conferência Nacional de Estatística

Sessão Temática: Estatísticas de Gênero

Rio de Janeiro, 28 a 31 de maio, 1996

Algumas reflexões sobre o uso de estatísticas sensíveis à questão de gênero

Cristina Bruschini

Introdução: estatísticas de sexo, uso de gênero

O tema para o qual fui convidada a fazer esta apresentação me leva a começar pela seguinte questão: será que existem estatísticas de gênero? Na minha opinião, não é possível afirmar que sim, uma vez que o conceito de gênero refere-se à esfera da cultura e da vida social. Como categoria analítica, gênero refere-se à construção social e cultural do sexo, às relações entre homens e mulheres. É um modo de se referir à organização social das relações entre os sexos. O gênero enfatiza as qualidades fundamentalmente sociais (e culturais) das distinções baseadas no sexo e rejeita o determinismo biológico, que busca explicar a sujeição da mulher através de sua capacidade reprodutiva ou por meio da força física masculina. É uma categoria relacional, que define homens e mulheres uns em relação aos outros. Rejeita-se, ao adotar este conceito, a idéia de esferas separadas para um e outro sexo (Scott, 1986). Heilborn (1995) afirma que a palavra sexo, a partir de agora, na análise sociológica, designa apenas a caracterização anátomofisiológica dos seres humanos e a atividade sexual propriamente dita. O conceito de gênero, ao contrário, refere-se à construção social do sexo e existe para distinguir a dimensão social da biológica. O raciocínio que apoia esta distinção baseia-se na idéia de que existem machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é realizada pela cultura.

O uso da categoria gênero disseminou-se a tal ponto que parece ter amaldiçoado a palavra sexo. No entanto, é preciso cuidado para não usar impunemente este conceito, como tem sido feito. Se *gênero* é uma categoria analítica que diz respeito à cultura e às relações sociais, uma estatística, em si mesma, não pode ser de gênero, mas sim de sexo, pois refere-se principalmente a atributos de ordem biológica. O que é de gênero é a teoria, as hipóteses e os conceitos que orientam a busca dessas estatísticas, assim como a interpretação e o uso que delas se faz. Não é incomum, hoje em dia, nos depararmos com textos que incluem tabelas que associam variáveis a gênero, quando o que estão fazendo,

---

* Texto elaborado para a sessão *Estatísticas de Gênero*, na **Conferência Nacional de Estatística**, IBGE/ABEP e outras associações, Rio de Janeiro, 27 a 31 de Maio, 1996

na verdade, é desagregá-las por sexo. Substituir as categorias *homens* e *mulheres* pelas palavras *masculino* e *feminino* não garante uma análise comprometida com a perspectiva de gênero.

Estatísticas, dados, informações são apenas indicadores e, portanto, não exprimem, necessariamente, os atributos culturais e as relações sociais que constituem a fundamentação do conceito de gênero. Por isto, é mais apropriado afirmar que as estatísticas são ou não desagregadas segundo o sexo (biológico) do informante e poderão, ou não, ser analisadas a partir de uma perspectiva de gênero, o que também pode ocorrer com aquelas estatísticas que se referem apenas ao sexo feminino - como, por exemplo, taxas de mortalidade materna, índices de aborto etc...

O que é certo é que, no seu atual estágio de desenvolvimento, a pesquisa que tem por finalidade a busca de conhecimentos para a transformação da condição da mulher - que poderíamos denominar feminista - procura respostas para sua opressão no exame das relações sociais de gênero. Ao acreditar que essas relações existem e são inerentes a todas as relações sociais, as pesquisadoras feministas adotam determinadas lentes para ver o mundo, que as levam a considerar o gênero, como a classe e a raça, uma categoria analítica fundamental no pensamento científico e no exame das relações sociais (Harding, 1989).

I - Estatísticas para análises de gênero: vontade política e marco teórico

Ancorados pelo fortalecimento do movimento feminista, os estudos e as pesquisas sobre as mulheres, nos anos 70, começaram a levantar questões que diziam respeito à subordinação feminina, e que precisavam de dados para serem respondidas.

No plano internacional, foram altamente estimuladoras para o levantamento de dados as Conferências da Mulher, como a do México, em 1975 e a de Nairobi, em 1985, para a qual os países participantes, inclusive o Brasil, prepararam relatórios da Década. O empenho na busca de dados e informações desagregadas por sexo se intensificou depois que os países membros das Nações Unidas se comprometeram com a implementação dos planos de ação aprovados nessas Conferências. Em 1979, os países presentes à Conferência do México assinaram a Convenção pela eliminação de todas as formas de discriminação

---

** Socióloga, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

contra a mulher (CEDAW) comprometendo-se a fornecer diagnósticos sobre a situação das mulheres em seus países. Nos limites deste texto não cabe historiar este processo, mas certamente ele teve efeitos importantes, no Brasil, no desenvolvimento de um compromisso com a busca de informações. Mais recentemente, o Relatório do Governo Brasileiro para a IV Conferência da Mulher, realizada em Pequim, em 1995, contou com a colaboração de consultoras que elaboraram diagnósticos sobre a situação das mulheres no trabalho, saúde, educação, violência e participação política, processo que exigiu um intenso levantamento de estatísticas.

Apesar do atual reconhecimento de sua importância, no entanto, as estatísticas nem sempre foram valorizadas nos estudos sobre mulher no Brasil. Embora os primeiros estudos, voltados principalmente para o tema do trabalho feminino, tivessem revelado disposição para o uso de dados quantitativos e sensibilidade para apontar deficiências nas fontes disponíveis (Saffioti, 1969, Blay, 1972, Barroso e Mello, 1975, Miranda, 1975), esta tendência não foi persistente na maior parte das pesquisas nos anos subsequentes. A associação com o movimento feminista, se por um lado legitimou o tema, de outra parte gerou uma certa relutância em relação às metodologias quantitativas (Capeller, 1982). Tendo tido seu maior impulso através das pesquisas de opinião, *surveys* e prévias eleitorais norte-americanas, os métodos quantitativos foram erroneamente identificados com a sociologia positivista, neutra e objetiva, predominante nos estudos daquele país. Passaram então a ser vistos com certo menosprezo nos estudos feministas, que propunham um conhecimento comprometido com a transformação da condição feminina, privilegiando os estudos qualitativos, as histórias de vida e as pesquisas participantes (Bruschini, 1992, 1994).

Felizmente, porém, nos estudos sobre o trabalho feminino dos anos setenta, alguns grupos se dedicaram à crítica dos indicadores macro-sociais existentes, preocupando-se tanto com a exigüidade de informações quanto com sua inadequação para uma avaliação precisa da situação da mulher. O Seminário **A Mulher na Força de Trabalho**, realizado no IUPERJ/Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, em 1978 representou, nesse sentido, um verdadeiro marco, ao reunir pesquisadores de toda a América Latina para debater, juntamente com representantes de organismos nacionais (como o IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) e internacionais (como a OIT/Organização Internacional do Trabalho) de coleta de dados, a inadequação dos marcos teóricos sobre

trabalho e das metodologias de coleta de informações sobre este tema, para o caso da atividade econômica feminina. Na Introdução do livro **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas** (Aguiar, 1984), que reúne parte dos textos discutidos naquele encontro, é apresentado um guia exploratório para a compreensão do trabalho feminino. A maior parte das críticas se refere ao nível pouco adequado de mensuração sobre este tema. Afirmam que a influência de organismos internacionais na elaboração das coletas induz ao uso de categorias adequadas a países desenvolvidos e pouco próprias à América Latina, onde o capitalismo convive com outros modos de produção. Os censos latino-americanos tomam como referência a produção capitalista industrial, escondendo o contexto doméstico, a pequena produção mercantil ou o trabalho familiar não-remunerado, especialmente válido para as mulheres. O trabalho a domicílio destinado à produção de alimentos ou de roupas esconde-se nas atividades domésticas, sendo omitido. As formas mediante as quais são elaboradas perguntas sobre a atividade feminina ocultam os dados e o trabalho da mulher é sub-representado. O período de tempo usado como referência para saber se a pessoa é ou não economicamente ativa afeta o volume de atividade encontrado. Quanto mais amplo o período, maior será o componente rural feminino, pois este contingente exerce muita atividade sazonal. O número de horas também afeta o cômputo do trabalho feminino, tendo partido das participantes do Seminário a sugestão para que o tempo parcial e as atividades secundárias passassem a ser consideradas nos levantamentos. Outra importante sugestão formulada no encontro refere-se ao uso do conceito de ***ciclo vital***, nele incluídos o tempo de união, a idade média dos cônjuges, o número e a idade de filhos e filhas, a fim de melhor entender a atividade feminina. A identificação das atividades realizadas na casa, através de análises de orçamento-tempo, também é indicada como fundamental para detectar o volume de trabalho familiar, principalmente das mulheres. Críticas ao modelo domiciliar de ***família***, assim como ao conceito de ***chefe de domicílio*** são formuladas pela primeira vez, discutindo-se intensamente o fato de que o conceito de chefe de domicílio esconde tanto a autoridade das mulheres em casa, quanto as atividades que elas fazem orientadas para o mercado.

Embora nem todas as sugestões tenham sido incorporadas, o Seminário IUPERJ iria ter, nos anos seguintes, impacto visível sobre as coletas de dados dos órgãos oficiais. O documento ***Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil*** (Fundação IBGE/UNICEF,

1982), resultado de um convênio entre IBGE e UNICEF/Fundo das Nações Unidas para a Infância, é um bom exemplo deste efeito multiplicador. Graças ao empenho de pesquisadoras que exerciam funções técnicas no IBGE e que participaram do Seminário do IUPERJ, uma reunião realizada em Friburgo, no Rio de Janeiro, em Junho de 1981, reuniu técnicos e pesquisadores para propor um plano tabular sensível às condições das mulheres, crianças e famílias. As tabelas contidas no ***Perfil Estatístico*** tiveram o efeito inovador de permitir a análise da atividade econômica das mulheres segundo alguns indicadores vitais como estado conjugal e número de filhos.

No Recenseamento de 1980, pelo menos duas contribuições importantes das reflexões teóricas e metodológicas sobre o trabalho feminino podem ser apontadas. A primeira delas diz respeito ao conceito de atividade/inatividade econômica. Nos levantamentos censitários, a categoria de ***inativos*** abriga indivíduos que não trabalham, seja porque vivem de renda, seja porque são considerados inaptos para o trabalho, como os aposentados ou pensionistas, doentes ou inválidos, estudantes e donas de casa. Apesar do considerável volume de atividade que se esconde sob a rubrica ***afazeres domésticos*** e que mantém ocupadas mulheres de todas as camadas sociais, o trabalho doméstico não é contabilizado neste tipo de coleta como atividade econômica. Além disso, em virtude da maior difusão e aceitação social da função reprodutiva das mulheres, a atividade de dona de casa costuma ser declarada como a principal ocupação da respondente, a não ser que ela exerça outras atividades claramente identificadas como profissionais, seja porque são remuneradas, seja porque consomem a maior parte de seu tempo. Este viés poderá ser agravado conforme a formulação das perguntas e a postura do entrevistador que, imbuido também de preconceitos em relação ao papel da mulher na sociedade, tende a classificá-la prioritariamente na função de dona-de-casa. No Censo de 1970, a má formulação do quesito sobre trabalho contribuiu ainda mais para intensificar a subenumeração da atividade feminina. Começando com uma dupla negativa, a pergunta[1] apresenta, como primeira alternativa de resposta, a categoria ***afazeres domésticos***, o que pode ter induzido muitas respondentes a se declararem inativas, pois para a mulher, sobretudo se for casada e mãe, a função reprodutiva é representada como prioritária. No Recenseamento de 1980, a reformulação da pergunta, ampliando o tempo de referência e mudando a ordem das

[1] Se não trabalha, nem procura trabalho, qual a ocupação ou situação que tem e considera principal?

alternativas[2], teve um efeito significativo na ampliação do número daquelas que se declararam trabalhadoras nessa data.

Nos anos oitenta, como resultado de demandas de vários setores da sociedade e como consequência de um diálogo mais estreito entre usuários e produtores de dados, várias alterações foram sendo introduzidas nos questionários do IBGE, muitas delas favoráveis a um maior desvendamento do trabalho feminino. No Censo de 1991 foram mantidas as mudanças feitas no questionário de 1980 relativas à pergunta sobre trabalho. Mas o questionário ainda aprimorou o quesito[3], introduzindo a possibilidade da pessoa responder que trabalhou habitualmente ou eventualmente. Esta mudança, aparentemente pequena, pode ter levado mais mulheres a se declararem trabalhadoras, mas não se pode fazer uma afirmação segura, uma vez que o IBGE até hoje não divulgou as informações sobre mão-de-obra desse levantamento.

Desde o início dos anos 90, a PNAD passou por uma profunda transformação. Realizada desde 1967, sempre se pautou por uma concepção de trabalho associada a emprego capitalista, não sendo portanto um instrumento sensível para captar outras formas de organização do trabalho, seja em áreas rurais - como pequenas propriedades rurais de base familiar - seja em áreas urbanas - pequena produção independente e trabalho doméstico. Mesmo no que diz respeito ao emprego capitalista, ela não mede adequadamente o emprego público, categoria de grande importância no Brasil. Essas e outras deficiências da PNAD, como o período de referência, que deixa de lado atividades sazonais, sobretudo as agrícolas, levaram os técnicos do IBGE a propor uma séria reformulação nesse instrumento, incorporando críticas e sugestões, assim como toda uma discussão internacional. Em relação ao trabalho feminino, o Anteprojeto de revisão (1990) menciona as recomendações da 13ª Conferência da OIT e da Conferência Internacional de Nairobi de 1985, para que sejam elaboradas estatísticas mais precisas sobre a participação econômica das mulheres e seja dada atenção à contribuição não econômica das mulheres. Entre as inúmeras recomendações figura também a de investigar, através do domicílio, a

---

[2] ***Trabalhou nos últimos 12 meses, de 1/9/79 a 31/8/1980?***, pergunta 28. ***Se respondeu Sim, assinale o retângulo 0*** (trabalhou) ***e passe para o quesito 30*** (qual a ocupação que exerceu habitualmente). ***Se respondeu Não, indique a situação ou ocupação que tem, obedecida a ordem enumerada*** (a alternativa ***afazeres domésticos*** aparece como a oitava alternativa).

[3] *Trabalhou em todos ou em parte dos últimos doze meses (01/09/1990 a 31/08/1991). Se assinalou o retângulo 3 - não trabalhou - passe para a pergunta 58.* Nesta, entre as alternativas de resposta, a categoria *afazeres domésticos* situa-se em 9o. lugar

produção da empresa familiar, as fontes de renda e os gastos , além do tempo gasto por cada membro da família em diferentes atividades. No caso da mulher, a amostragem domiciliar permite o estudo da atividade, mas também da inatividade econômica e do trabalho doméstico. Procurando incorporar todas as críticas, os técnicos fizeram um sério trabalho de reconceituação da categoria **trabalho**, a fim de compreender mais adequadamente as especifidades da realidade sócio-econômica brasileira. (PNAD, Anteprojeto de Revisão, módulo I, a questão conceitual, 1990).

Os efeitos dessa revisão logo passaram a ser sentidos. Em 1990 a PNAD passou a incluir informações sobre o **local de estabelecimento do trabalho principal**, o que tornou visível um outro ângulo do trabalho feminino. As estatísticas a esse respeito revelaram que um número muito mais elevado de mulheres do que de homens trabalhava em casa, seja na própria moradia (26% das trabalhadoras brasileiras em 1990, 2,7% dos trabalhadores), seja no domicílio de outra pessoa (30,1% das trabalhadoras, 11,1% dos trabalhadores) (FIBGE, 1992, tabela 2.1) Neste último caso, provavelmente, se encontram as empregadas domésticas, enquanto no primeiro estariam as trabalhadoras domiciliares, autônomas ou sub-contratadas pela indústria, as quais, através da costura, da produção de alimentos e de inúmeras outras atividades pouco visíveis na economia, contribuem para a renda, quando não para todo o sustento do grupo familiar (Abreu e Sorj, 1993, Bruschini e Ridenti, 1993, Bruschini, 1995).

Outra contribuição dos primeiros estudos sobre trabalho feminino sobre o Censo de 80 diz respeito ao conceito de ***chefe de família***. Até o Censo de 1970, a chefia da unidade domiciliar investigada era sempre atribuída ao homem, mesmo que este não fosse o provedor da família. Os recenseadores recebiam a instrução de classificar mulheres como chefe de família somente quando estas fossem viúvas, separadas ou vivendo outra situação de ausência do provedor masculino. Na década de 70 a crítica dos estudos de gênero provocou uma significativa alteração na coleta desta informação. A partir do Censo de 1980, o recenseador passou a receber a instrução de atribuir ao informante a tarefa de designar o chefe. Mas é desde a PNAD de 1992 que o IBGE introduz uma mudança significativa neste conceito. Com base na pergunta "qual é o nome da pessoa que é a (principal) responsável por este domicílio?" substitui o conceito de ***chefe*** pelo de ***pessoa de referência na família ou na unidade domiciliar*** (PNAD 1992 e 1993, Questionário da pesquisa básica).

Esses exemplos servem para mostrar que o levantamento de estatísticas sensíveis a gênero é orientado pelos marcos teóricos desse campo, mas também está condicionado a uma vontade política. Esta foi despertada pelo movimento feminista e pela pesquisa sobre as mulheres, e passou a ter êxito quando conseguiu ter impacto nos órgãos nacionais e internacionais responsáveis pela produção de dados, assim como naqueles encarregados da formulação e implementação de políticas sociais.

Quando, na primeira metade dos anos 80, foram constituídos os Conselhos da Condição Feminina, tornou-se visível a enorme necessidade de se dispor de Diagnósticos sobre a situação da mulher, contendo dados confiáveis, visando a elaboração de políticas públicas. A partir de então, o uso de dados quantitativos não se tornou apenas um exercício acadêmico mais legítimo, mas também uma necessidade política.

Parece haver consenso, atualmente, de que estatísticas globais e generalizáveis são fundamentais para contestar ou confirmar hipóteses e afirmações sobre a desigualdade entre os sexos, fortalecendo argumentos e tornando possível exigir programas e políticas de superação. Estatísticas confiáveis permitem também que questões teóricas de certo modo cristalizadas sejam revistas, mitos e preconceitos sejam questionados. A divulgação das estatísticas esclarece não só os estudiosos e militantes, mas também a opinião pública, através dos meios de comunicação.

Alguns exemplos já se tornaram clássicos. Apesar de deficientes, os dados existentes tem permitido extrair informações úteis sobre o trabalho feminino. Com apoio em dados globais e oficiais tem sido possível não só conhecer algumas características das trabalhadoras e de sua inserção no mercado de trabalho, mas também contestar hipóteses sobre o trabalho feminino que não encontraram respaldo na dinâmica sócio-econômica brasileira. As estatísticas do Censo de 80, por exemplo, mostrando a notável expansão do ingresso das mulheres no mercado de trabalho no anos 70 - década marcada pela industrialização e pelo crescimento econômico - contribuiram para contestar a tese de que as mulheres seriam alijadas do mercado de trabalho com a expansão do capitalismo, que predominou na primeira geração de estudos sobre o trabalho feminino. Dados posteriores, referentes à década de 80 - ao contrário da anterior, marcada por crises, desemprego e inflação elevada - mostraram que o intenso movimento de trabalhadoras em direção ao mercado não retrocedeu, contradizendo a afirmação corrente de que as mulheres seriam as primeiras a serem expulsas do mercado em momentos de crise. Questão controvertida, a

desigualdade salarial entre homens e mulheres que desempenham trabalho semelhante foi rotulada por muitos analistas como fruto do discurso ideológico do feminismo, mas vem sendo comprovada à medida em que a publicação de dados desagregados tem permitido comparar os rendimentos de um e outro sexo no interior do mesmo grupo ocupacional. Só para citar alguns exemplos, segundo dados censitários de 1980, enquanto os engenheiros ganhavam, em média, 17 salários-mínimos ao mês, suas colegas de profissão recebiam apenas 9. No magistério, no qual a presença feminina é majoritária, as mulheres ganhavam em média 1,9 salários mínimos mensais, enquanto seus colegas recebiam 5,3. No setor formal da economia, segundo dados da RAIS/Ministérios do Trabalho para 1988, a remuneração mensal masculina era de 5 salários mínimos e a feminina 3,6 (Bruschini, 1989, 1995). Com a divulgação das pesquisas nacionais domiciliares mais recentes, essa polêmica, até agora restrita ao campo do feminismo e dos estudos de gênero, tem obtido ampla cobertura nos meios de comunicação.(Folha de São Paulo, 21/03/96, Jornal do Brasil, 21/03/96, p.16)

No âmbito da opinião pública, por outro lado, mitos e preconceitos em geral sobre a população brasileira vem sendo derrubados à medida em que vão sendo divulgados os resultados do Censo de 1991 e das PNADs de 1992/93. O Censo Demográfico, por exemplo, contestou, entre outros, o mito de que as mulheres pobres não controlam a fecundidade, ao mostrar que em todas as classes sociais tem havido uma redução acentuada do número de filhos por mulher, que passou de 6,2 em 1960, para 2,5 em 1991 (Estado de São Paulo, 21 de agosto de 1994, reportagem especial Agenda 95).

Contestando os arautos do pessimismo, as estatísticas da PNAD 93 vieram mostrar que a década de oitenta não foi inteiramente perdida. Apesar de um aumento da concentração de renda e do mercado informal de trabalho, o analfabetismo caiu (de 21,5% em 1983 para 15,7% em 1993) e melhoraram as condições de vida da população brasileira: 90% das residências passaram a contar com iluminação elétrica, 70% com coleta de lixo e 72% com geladeira, para citar apenas alguns indicadores (Estado de São Paulo, 21/3/06,p.16, Jornal do Brasil, 21/3/96, p.16, Folha de São Paulo, 21/3/96).

No que tange às desigualdades sexuais, foi a reflexão teórica sobre a mulher e as relações entre os sexos e, principalmente, o amadurecimento dos marcos teóricos de gênero, que viabilizaram o levantamento de questões pertinentes, assim como a elaboração de hipóteses e a definição de conceitos, orientando a busca de estatísticas. A invisibilidade

da atividade econômica realizada pelas mulheres, o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, a violência doméstica, o assédio sexual são apenas alguns dos temas levantados pelo feminismo e pelos estudos de gênero, provocando a procura de dados. Reiterando o que dissemos em trabalho anterior, a crítica feminista aos dados e às fontes pode e deve ser feita em várias etapas, começando pela busca de informações, desde que a partir de um referencial teórico que incorpore as questões de gênero. Muitas vezes a informação está disponível, mas ninguém se importa com ela, até que a teoria mostre seu valor. Estatísticas sobre mão-de-obra desagregadas por sexo, por exemplo, sempre estiveram presentes nos Censos e nas PNADs, mas só começaram a ser analisadas quando estudos pioneiros levantaram a hipótese de que homens e mulheres ocupavam espaços diferentes no mercado de trabalho (Madeira e Singer, 1973). Do mesmo modo, informações sobre posição na família ou estado conjugal, disponíveis nesses levantamentos, passaram a ser analisadas em relação à atividade econômica das mulheres somente depois que os estudos de gênero mostraram a importância da família na determinação das formas em que se dá a participação das mulheres no mercado de trabalho. O mesmo aconteceu com a questão das famílias chefiadas por mulheres, tema sobre o qual os estudos de gênero se debruçaram no final dos anos setenta, embasados em dados disponíveis, mas esquecidos, nos levantamentos oficiais. Análises longitudinais, nesse momento, mostraram o quanto este fenômeno se encontrava em expansão e era associado à pobreza, alertando os formuladores de políticas sociais (Barroso, 1978).

Numa primeira fase do feminismo e dos estudos sobre mulher, quando o conceito de gênero não havia sequer sido desenvolvido, buscavam-se dados sobre o papel e a presença das mulheres no trabalho, na família e na sociedade em geral. Era preciso tornar as mulheres visíveis, denunciar sua condição de subordinação e lutar por sua transformação. No final dos anos oitenta, a adoção da categoria *gênero*, que relaciona o feminino ao masculino, provoca uma mudança de procedimento. É preciso, a partir de agora, dispor de estatísticas sobre homens e mulheres, para uma análise das relações sociais de gênero, visando a equidade sexual e social. Nos dois itens seguintes comentamos algumas dificuldades relacionadas à busca das estatísticas e arrolamos alguns exemplos importantes para uma adequada análise de gênero.

II - Estatísticas para análises de gênero: limites e possibilidades

Nem sempre estatísticas fidedignas e generalizáveis, adequadas para responder às questões teóricas de gênero, estão disponíveis ou podem ser obtidas. Quando estatísticas primárias são levantadas através de *surveys*, as possibilidades de fazer as perguntas certas são maiores e o(a) pesquisador(a) comprometido com as questões de gênero poderá desenvolver uma metodologia adequada e formular as perguntas mais pertinentes para buscar as informações necessárias. Temas controvertidos ou mais delicados, como o aborto, o estupro, a violência doméstica, o assédio sexual, entre outros, exigem abordagens diferenciadas, pois dificilmente poderão ser apreendidos através de questionários fechados e mais impessoais. A realização de levantamentos primários com amostras generalizáveis, no entanto, requer gastos elevados de tempo e dinheiro, assim como a formação de equipes de pesquisa, o que nem sempre é viável.

Por isso, é muito mais freqüente o uso de dados secundários, produzidos por órgãos oficiais para todo o país, como o IBGE, ou para alguma de suas regiões, como a Fundação SEADE/Sistema Estadual de Análise de Dados. Neste caso, o pesquisador fica limitado à análise dos dados gerados a partir dos quesitos contidos nos respectivos questionários. Além disso, raramente uma só fonte oferece todos os dados necessários para a pesquisa de um determinado tema. É preciso então que o pesquisador faça um verdadeiro trabalho de "garimpagem", combinando todas as fontes disponíveis, com suas vantagens, defeitos e especificidades. É preciso muita atenção ao usar esses levantamentos, para que se saiba com precisão o significado de cada conceito utilizado. Os manuais devem ser estudados para se saber realmente o que quer dizer cada informação e as possibilidades de cada fonte. As recém-divulgadas PNAD/92 e 93, por exemplo, passaram a incluir a categoria *trabalhadores domésticos* entre aquelas que descrevem a posição dos indivíduos na ocupação, além das conhecidas *empregado, conta própria, empregadores, não-remunerados,* o que exigiu uma consulta ao Manual, para saber o seu exato significado[4].

Os Censos Demográficos costumam ser realizados a cada dez anos e seus resultados nem sempre estão disponíveis. Em geral, o Censo é aplicado após um longo processo de divulgação, o que provoca maior freqüência de respondentes masculinos nos domicílios.

Por outro lado, sua abrangência permite que se disponha, com maior confiança, de números absolutos, ainda que boa parte das informações seja obtida por amostragem. Além disso, o volume de informantes torna viável a divulgação mais desagregada dos dados, possibilitando análises mais completas. A PNAD, ao contrário, é realizada periodicamente, tem como objetivo central o levantamento sobre mão-de-obra, porém aborda determinados temas em maior profundidade em suplementos especiais, como *educação* em 1982, *previdência* em 1983, *fecundidade*, em 1984, *situação do menor* em 1985 ou *anticoncepção* em 1986. É uma pesquisa realizada durante o ano todo, que conta com uma equipe mais bem preparada de recenseadores. Por ser pouco divulgada, costuma ser respondida pela mulher, que se encontra com maior freqüência presente no domicílio (ABEP, 1984). Características semelhantes podem ser atribuídas à PED/Pesquisa de Emprego e Desemprego e à PCV/Pesquisa de Condições de Vida, ambas realizadas pela Fundação SEADE, a primeira delas em convênio com o DIEESE/Departamento Sindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos. Ambas são realizadas com regularidade e conduzidas por equipes especializadas, o que garante a qualidade dos dados. No entanto, estão circunscritas à Grande São Paulo, o que limita o alcance possível da análise. Outro levantamento útil para investigar o trabalho feminino, a RAIS/Relação Anual de Informações Sociais, é um formulário respondido anualmente pelas empresas, que são obrigadas a fornecer ao Ministério do Trabalho informações sobre os empregos ofertados. Ao contrário dos Censos, PNADs, PED e PCV, todas elas pesquisas domiciliares respondidas por moradores, a RAIS contém dados sobre o número e as características dos empregos fornecidos pelas empresas, e limita-se ao chamado mercado formal de trabalho.

Os dados secundários são sujeitos a limitações e vieses, muitos deles de ordem mais geral. Estão nesse caso deficiências na infra-estrutura e no sistema de coleta, erros de resposta ou de amostragem. Muitas vezes há problemas de comunicação entre os produtores de dados e seus usuários, razão pela qual encontros como este são da maior importância. Para o usuário, uma das maiores dificuldades talvez seja a de lidar com os sistemáticos atrasos na divulgação dos resultados das pesquisas já realizadas, como o Censo de 91, que até a realização deste texto ainda não havia liberado as informações sobre mão-de-obra nele contidas. É provável que o avanço da informatização - como a possibilidade de

---

[4] Segundo o Manual das PNADs 92/93, ***trabalhador doméstico*** é a pessoa que trabalha prestando serviços domésticos remunerados, em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

consultar as PNADs 92/93 através da Internet, bem como as anunciadas vendas dessas pesquisas, brevemente, em disquete e CD-ROM - venha a contribuir para a superação de muitas dessas dificuldades.

Mas há também problemas que são específicos das estatísticas referentes às relações de gênero. O primeiro deles diz respeito à disponibilidade de dados desagregados por sexo, que se torna mais grave quando a informação sobre o sexo do respondente sequer foi coletada. Parece pouco provável que isto ocorra nos dias de hoje, mas sempre é bom estar atento a esta possibilidade.

Uma das maiores dificuldades ainda parece ser a persistência de preconceitos em relação aos papéis sociais das mulheres, provocando vieses na coleta e no processamento dos dados. Estes preconceitos podem estar presentes tanto na formulação da pergunta, quanto na "cabeça" do (ou da) respondente - como no caso de donas de casa que afirmam não trabalhar mesmo quando exercem, no domicílio, uma atividade remunerada - como ainda na aplicação do questionário pelo recenseador, que tende a classificar a respondente como dona de casa, cônjuge e sem curso superior, mesmo que ela trabalhe, tenha diploma de 3° grau e seja chefe de família[5]. Por isto, a introdução da temática de gênero no treinamento dos recenseadores pode tornar os instrumentos muito mais sensíveis às desigualdades entre os sexos, melhorando a qualidade das informações.

As estatísticas muitas vezes são insuficientes para a análise de gênero, porque não foram levantadas tendo por base esse referencial teórico. Mudanças significativas a esse respeito vem sendo observadas nos levantamentos mais recentes. A título de exemplo, a análise da associação entre a atividade econômica das mulheres, seu estado conjugal e sua condição de maternidade, comprovada pelos estudos de gênero, restringia-se aos Censos decenais, uma vez que esses dois quesitos - estado conjugal e número de filhos tidos - não constavam dos questionários das PNADs anuais. Com a introdução, nos levantamentos de 92 e 93, de quesitos sobre nupcialidade e fecundidade, as possibilidades de analisar o trabalho das mulheres em relação à sua situação familiar, tornam-se muito mais promissoras.

---

[5] Eu mesma tive muita dificuldade para explicar ao recenseador que me entrevistou - um jovem com curso superior completo , que apressadamente preenchia o questionário básico do Censo/91 com as informações de que eu era dona de casa e tinha escolaridade média - que, apesar de também ser dona de casa, eu era profissional e tinha instrução universitária.

O mesmo ocorre com relação ao plano tabular, nem sempre apropriado a uma análise de gênero. Esta dificuldade foi sendo contornada, ao longo dos anos, por meio de tabulações especiais solicitadas ao IBGE, processo caro e moroso. Em algumas ocasiões, o diálogo entre produtores e usuários dos dados resultou em projetos sensíveis às questões de gênero, como ocorreu com a publicação do **Perfil Estatístico de Mães e Crianças**, mencionada anteriormente. Até bem pouco tempo, poucas eram as tabelas publicadas que desagregavam os dados por sexo, mas isto felizmente parece estar mudando como resultado das demandas das mulheres. Um pequeno exercício ilustra bem este ponto: na PNAD de 1990, das 14 tabelas contidas no item **mão-de-obra**, apenas 7 (50%) eram desagregadas por sexo. Na PNAD de 1993, divulgada recentemente, das 36 tabelas sobre **trabalho**, tema equivalente, 34, ou seja, praticamente todas (94,4%), passaram a incluir a variável sexo.

É inegável a importância de seminários e encontros como este, nos quais os produtores e usuários de dados trocam idéias sobre como inserir a perspectiva de gênero nos levantamentos, para que isto passe a ser feito desde a formulação das questões até a divulgação dos resultados. Como já foi mencionado anteriormente, a atividade doméstica, realizada basicamente pelas mulheres, sempre foi classificada, nas publicações do IBGE, como inatividade econômica, ao lado de estudantes, aposentados e inválidos. Em trabalho anterior (Bruschini, 1992) uma reorganização dos dados de 1976, colocando entre as ativas aquelas que se ocupavam de afazeres domésticos, revelou que as mulheres trabalham tanto ou mais do que os homens. Isto sem considerar a dupla jornada de trabalho, ou seja, a realização concomitante de atividades produtivas e trabalho doméstico, que permanece invisível nas estatísticas sobre trabalho. Esta informação - condição de inatividade - não foi publicada após 1976, inviabilizando a atualização dessas informações, exceto por meio de tabelas especiais. No entanto, a publicação regular das pessoas classificadas como inativas por estarem em afazeres domésticos permitiria que se recalculassem taxas de atividade feminina globais (ativas + inativas por afazeres domésticos), sem prejuízo de comparações com trabalhos que usam as formas clássicas de calcular a atividade feminina.

Finalmente, é preciso ter claro que, em qualquer campo do conhecimento, as fontes secundárias não dispõem de todos os dados necessários, mas precisam ser complementadas por estudos qualitativos, histórias de vida, entrevistas etc... Para viabilizar um trabalho crítico sobre a produção das estatísticas, as pesquisas antropológicas, qualitativas, de menor alcance e maior profundidade, desempenham um papel fundamental, permitindo o

desvendamento de conceitos e seu esclarecimento. Ainda no campo do trabalho, os estudos de orçamento-tempo, por exemplo, são muito importantes, pois podem constatar que o volume de atividade econômica realizada pelas mulheres é muito superior ao que mostram as estatísticas tradicionais, caso se leve em conta o número global de horas dispendidas por elas no trabalho remunerado e em atividades não-mercantis.

Todas estas questões nos levam a afirmar que a atenção para o gênero deverá estar presente em todas as etapas de uma pesquisa: na definição teórica e operacional dos conceitos, na formulação de questionários, no melhor aproveitamento possível de dados secundários divulgados ou na elaboração de planos tabulares. Em contrapartida, a longo prazo, os estudos de gênero também poderão contribuir, como já vem fazendo, para uma proposta de reformulação das formas convencionais de coleta de informações em geral.

III - Levantando indicadores sociais sensíveis às desigualdades de gênero

Embora seja difícil afirmar que existem *estatísticas de gênero*, são muitos os indicadores sociais que contribuem para uma descrição das desigualdades entre os sexos e da situação das mulheres.

Em texto elaborado em 1989 para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Pena (1989) faz um minucioso inventário sobre o estado das informações sobre a mulher no Brasil. São apontadas, nos levantamentos oficiais da década de 80, inúmeras estatísticas que permitem descrever a situação da mulher brasileira em relação à demografia, à família, à participação no mercado de trabalho, à saúde, à educação, à cidadania política e à criminalidade. Não cabe aqui repetir as informações contidas no texto, mas ressaltar sua abrangência, assim como o fato de ter indicado, além das possibilidades, as principais lacunas de informações que interessam sobretudo às mulheres, como o aborto, o trabalho doméstico e o trabalho domiciliar.

O documento **Compiling Social Indicators on the Situation of Women**, publicado pelas Nações Unidas (1984), analisa os dados já existentes sobre a situação das mulheres em vários países e sugere que os indicadores necessários para descrevê-la com precisão deveriam mostrar a contribuição das mulheres para o desenvolvimento, assim como o efeito do desenvolvimento sobre elas. Deveriam descrever os papéis econômicos das mulheres, alertando para a subestimação da atividade produtiva feminina, em virtude de seu

envolvimento com o trabalho informal e o doméstico. Indicadores relativos às situações familiares nas quais as mulheres estão inseridas também não podem ser esquecidos, sob pena de incorrer em uma avaliação parcial e fragmentada da atividade feminina. Todos os indicadores devem também mostrar diferenças entre grupos sociais e possibilitar uma comparação ao longo do tempo. Em todos os temas, como saúde, educação, emprego, renda, é preciso dispor de informações sobre ambos os sexos, pois a comparação da situação de homens e mulheres com respeito a cada um dos indicadores é que tornará possível uma análise das igualdades ou desigualdades sexuais.

Na maioria dos diagnósticos nacionais e internacionais sobre a situação das mulheres e as desigualdades entre os sexos, alguns indicadores são utilizados com maior freqüência, dentro de determinados tópicos. Apresentamos a seguir, a título de sugestão, uma relação de indicadores que descrevem a situação das mulheres em relação à educação, saúde, trabalho, família e outras questões. Trata-se de estatísticas sócio-demográficas, a maioria delas disponíveis nos levantamentos oficiais, que tem sido apontadas pelos estudos de gênero como mais sensíveis ou capazes de captar a situação das mulheres na sociedade e as desigualdades sexuais. Dentro desta ou de qualquer outra lista possível, no entanto, caberá ao(a) pesquisador(a) comprometido(a) com a temática de gênero selecionar aquelas que melhor poderão responder às suas questões teóricas específicas.

No tópico **demografia e família** estariam incluídas informações demográficas básicas, como idade, situação do domicílio (rural/urbano), local de nascimento, migração, esperança de vida e, principalmente, dados sobre nupcialidade e fecundidade. O conhecimento da situação familiar em que se encontram as mulheres esbarra, de certa forma, na definição de família adotada pelos levantamentos domiciliares, como o Censo, a PNAD, a PED ou a PCV. Como o próprio nome indica, o conceito definidor de família é o de *unidade doméstica*, que inclui pessoas que convivem sob o mesmo teto, compartilhando despesas como o consumo de alimentos e bens duráveis. Se, de um lado, esta é a definição mais viável, em função dos procedimentos metodológicos necessários para levantar dados em escala muitas vezes nacional, de outra parte tem suas deficiências. De um lado, fornece uma visão estática da família, que tem como uma de suas características, justamente, o dinamismo e a constante transformação. Por esta razão, análises associadas a *ciclo de vida*, variável extremamente importante no estudo de temas como trabalho e família, sexualidade e outros, dependem de indicadores indiretos, como idade do chefe ou cônjuge/idade do

filho, ou de procedimentos mais sofisticados, como análises por coortes. De outro lado, a identificação da família com a unidade doméstica forçosamente deixa de fora as redes de parentesco e de vizinhança que são fundamentais na determinação de arranjos cotidianos que afetam sobretudo as mulheres. Dentro deste tópico, a questão da *chefia familiar* ainda constitui um dos exemplos mais evidentes das possibilidades de reformulação da teoria e da metodologia da coleta de dados a partir dos estudos de gênero. Em virtude da adoção de um modelo conjugal de família e do pressuposto de que os homens são os chefes e provedores das necessidades familiares, nos levantamentos censitários o *chefe de família* sempre foi definido como o adulto do sexo masculino, independente de sua situação real na família. As feministas e as pesquisadoras de gênero mostraram que as mulheres podiam ser - e freqüentemente eram - chefes de família, inclusive naqueles casos em que o marido ou companheiro fazia parte do grupo conjugal.

Sempre que possível - e isto vale para todos os tópicos - uma análise longitudinal é importante para a melhor compreensão do fenômeno em estudo. O número de famílias chefiadas por mulheres, por exemplo, vem aumentando na maioria dos países, seja em virtude do empobrecimento da população, seja em decorrência do maior número de mulheres separadas, divorciadas ou viúvas com filhos, seja em decorrência da maior profissionalização e independência das mulheres. No Brasil, esse percentual aumentou de 17,4% em 1983, para 22,3% segundo dados da PNAD 1993.

Ainda dentro do tópico demografia e família, é importante dispor de dados comparativos entre homens e mulheres sobre idade, estado conjugal, posição na família, chefia feminina, domicílios unipessoais por sexo; idade média ao casar; idade média ao ter o primeiro filho; diferença média de idade entre maridos e mulheres; número de filhos tidos por mulheres de 15 a 49 anos e outros.

No que tange à questão da **educação**, segundo o Relatório do Governo Brasileiro apresentado na Conferência de Pequim, a escola brasileira acolhe homens e mulheres em igual proporção. Em 1994, as mulheres representavam 51% dos estudantes e aproximadamente 87% do professorado. Desigualdades regionais, raciais e sócio-econômicas, em relação ao analfabetismo e à freqüência à escola, por outro lado, indicam, segundo esse documento, que o problema educacional no Brasil prende-se antes a um processo de exclusão social do que a diferenças de gênero. O documento revela ainda que as diferenças entre o analfabetismo feminino e masculino persistem apenas nas faixas etárias

mais altas, demonstrando um avanço na alfabetização das mulheres; mostra que, na década de 80, o aumento mais significativo de mulheres estudantes ocorreu no 2° grau; que as mulheres ostentam os melhores índices de aprovação e de rendimento escolar, em todos os níveis. Revela também que a presença feminina é mais significativa do que a masculina em todos os níveis de ensino: em 1990, as mulheres perfaziam 50,8% do alunato de 1° grau, 56,8% do 2° e 52,3% do 3°. A maior escolaridade feminina, no entanto, não resulta em uma situação favorável das mulheres no mercado de trabalho. Ao contrário, apesar de mais escolarizadas, as trabalhadoras ganham menos do que seus colegas e ocupam posições inferiores no mercado de trabalho. A escolaridade de homens e mulheres economicamente ativos, sua posição ocupacional e situação salarial são, portanto, questões fundamentais que estão merecendo uma atenção redobrada dos estudos de gênero.

Ainda no tópico educação, um diagnóstico da situação das mulheres e da igualdade entre os sexos deve contar com dados sobre a disponibilidade e a qualidade das creches e pré-escolas, sobre matrícula e desempenho escolar, por sexo e por nível educacional (primeiro, segundo e terceiro graus). É importante descrever a área de concentração, pois os estudos de gênero têm revelado diferenças significativas entre os sexos: as mulheres se concentram na área de humanas, os homens predominam nas exatas. Esse padrão, a julgar por alguns dados de vestibulares recentes, estaria sofrendo algumas alterações. Os homens predominaram entre os aprovados da FUVEST/Fundação para o Vestibular de São Paulo em ciências humanas (51,2% , para 47,2% de mulheres) e exatas (79%, em comparação a 20,1% de mulheres), mas foram superados pelas mulheres no ramo das ciências biológicas (42,4% de aprovados, 56,3% de aprovadas). O maior nível de desagregação das categorias, no entanto, é que vai possibilitar a compreensão do significado das estatísticas. As ciências biológicas, por exemplo, incluem os cursos de enfermagem, nutrição, ortótica, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicologia, redutos tradicionalmente femininos ou novas especialidades voltadas para cuidados com a saúde, que sempre foram procuradas por mulheres (reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo).

No campo da educação média e superior, assim como no da profissionalização, a análise da formação das professoras e sua situação no mercado de trabalho da perspectiva de gênero, é da maior importância, uma vez que o magistério é constituído em sua imensa maioria por mulheres. Dados sobre evasão escolar devem ser examinados, buscando

diferenças entre os sexos; já o conteúdo dos currículos e dos livros didáticos - texto e imagem - deve ser avaliado da perspectiva da reprodução de estereótipos sexuais.

No que tange à **atividade econômica e à participação na força de trabalho** é preciso muita atenção, como foi mencionado anteriormente, com os conceitos utilizados nos levantamentos oficiais. A PEA/População Economicamente Ativa inclui os ocupados e os que estão à procura de emprego, enquanto a categoria de inativos refere-se aos estudantes, doentes, aposentados, inválidos e às pessoas que alegaram não trabalhar, mas estar em afazeres domésticos. A atividade doméstica não remunerada não é, portanto, considerada como trabalho, o que tende a subestimar a contribuição das mulheres para a família e a sociedade, não só por meio do trabalho doméstico, como também por meio de atividades mais informais, realizadas no domicílio, que nem sempre são declaradas. Por outro lado, os levantamentos censitários incluem a categoria dos trabalhadores não-remunerados que abriga, em sua maioria, crianças, jovens e mulheres que colaboram em pequenos empreendimentos familiares. Um diagnóstico abrangente sobre o trabalho das mulheres e as desigualdades sexuais deveria incluir: taxas de participação no mercado de trabalho por sexo, idade e situação do domicílio; percentual de mulheres na força de trabalho; participação econômica de homens e mulheres, por setores de atividade e ocupação; segregação ocupacional; porcentagem de mulheres em cargos de comando; diferenças salariais; desemprego por sexo e idade; posse de carteira de trabalho, horas trabalhadas e contribuição à previdência. Mas o diagnóstico não estaria completo sem uma análise do trabalho das mulheres em relação à sua situação familiar, por isso ele deve conter também estatísticas de participação no mercado de trabalho segundo o estado conjugal, a posição na família, o número e a idade dos filhos.

Inúmeros outros tópicos podem ser analisados da perspectiva de gênero, através de indicadores sociais sensíveis a essa questão. Não é possível aqui relacionar todos eles, mas valeria a pena apontar resumidamente alguns. Nem sempre, porém, eles estarão disponíveis nos levantamentos domiciliares, como ocorre com as informações demográficas, ou as que se referem a trabalho e educação. No caso da **saúde e dos direitos reprodutivos,** temas aos quais os estudos de gênero tem se dedicado com afinco (o próprio conceito de direitos reprodutivos foi desenvolvido em seu âmbito), as informações são quase sempre obtidas em suplementos especiais das PNADs, *surveys* e outras pesquisas especiais. Cabe destacar, neste tópico, indicadores de atendimento pré-natal, prevenção de câncer ginecológico e

mamário, práticas contraceptivas, local e tipo de parto, morbidade e mortalidade materna, menarca e menopausa, doenças ocupacionais, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, saúde mental, aborto, sexualidade e gravidez na adolescência.

Informações sobre **violência** física ou mental, agressão doméstica, assédio sexual, estupro, incesto e outras são de difícil obtenção. A criação, desde 1985, das Delegacias da Mulher, que atualmente se espalham pelo país, tem favorecido a obtenção de maiores informações e a realização de pesquisas específicas.

Um diagnóstico completo deveria incluir também uma análise, a partir de uma perspectiva de gênero, do texto da Constituição e das legislações ordinárias (penal, civil, trabalhista), a fim de conhecer os direitos sociais e os direitos das mulheres na sociedade, na família e no trabalho. A **participação política** das mulheres pode ser examinada por meio de dados sobre sua presença nos partidos políticos, nas organizações sindicais, nas organizações não-governamentais e em todas as instâncias políticas propriamente ditas: no poder político executivo, legislativo ou judiciário, a nível local, regional e federal. Mas essas informações também não costumam estar contidas nos levantamentos censitários[6], razão pela qual os pesquisadores deverão procurá-las diretamente, em fontes variadas. Destaca-se, nestes dois últimos tópicos, a atuação do CFEMEA/Centro Feminista de Estudos e Assessoria - ONG feminista que presta assessoria aos parlamentares - sempre contribuindo com informações que interessam às mulheres, como projetos de lei em tramitação, atuação de parlamentares e outras[7].

Em suma, é possível imprimir um olhar de gênero em qualquer indicador social, sem que este seja necessariamente um indicador de gênero. Por outro lado, foram as denúncias das mulheres e os estudos de gênero que trouxeram à tona alguns temas e conceitos sobre os quais a busca de estatísticas pouco a pouco se intensifica. É o caso, por exemplo, do aborto, da violência doméstica e do assédio sexual. Nos limites deste texto, a questão que se coloca é saber se é possível ou não construir estatísticas ou indicadores de gênero propriamente ditas. Este é o tema sobre o qual discorremos no item final deste trabalho.

---

[6] As PNADs 1992 e 1993 introduziram, pela primeira vez, em seu questionário, o quesito ***associação a sindicato***, abrindo novas possibilidades para a realização de pesquisas sobre o tema.

[7] Ver, a esse respeito, as publicações do CFEMEA **Pensando nossa cidadania: propostas para uma legislação não discriminatória** e **Guia dos direitos da mulher**, bem como o informativo CFEMEA, editado periodicamente.

IV - Construindo estatísticas de gênero

O Relatório de Desenvolvimento Humano (***HDR/Human Development Report***), realizado anualmente, desde 1990, por um grupo de especialistas comissionados pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento/UNDP, têm definido o desenvolvimento como a ampliação das possibilidades de escolhas das pessoas. Segundo seus autores, o desenvolvimento humano é um conceito amplo, que tem como componentes essenciais a igualdade de oportunidades, a sustentabilidade dessas oportunidades de uma geração para outra e a aquisição de poder (***empowerment*** [8]), para que todos possam participar e se beneficiar do desenvolvimento. Esse paradigma teórico considera os indivíduos agentes principais do desenvolvimento e não apenas seus beneficiários. Ao contrário do paradigma do crescimento, que leva em conta apenas a renda (Produto Nacional Bruto) para avaliar a situação sócio-econômica de um país, o conceito de desenvolvimento humano é muito mais amplo e considera uma ampla gama de questões sociais, como a educação, valores culturais e políticos. Com esta perspectiva teórica, foi construído um índice de desenvolvimento humano (***HDI/Human Development Index***), que combina os indicadores de esperança de vida, nível educacional e renda nacional. A partir da consideração de que a equidade de gênero é um dos aspectos centrais deste novo conceito de desenvolvimento, pois nenhuma nação pode atingi-lo deixando de fora metade de seus membros, os elaboradores desse documento passaram a incorporar, desde o Relatório de 1992, as diferenças sexuais na composição do índice.

Preparado especialmente para a IV Conferência da Mulher em Pequim, o Relatório de 1995 (ou HDR/95) avançou significativamente neste tema. Focaliza o gênero como questão central, analisa o processo de exclusão das mulheres do desenvolvimento, mede a igualdade de gênero e oferece uma estratégia concreta para equalizar as oportunidades de gênero. Propõe a construção de um novo conceito de desenvolvimento com a perspectiva de gênero, mudando o foco de atenção da mulher para as relações de gênero, do bem-estar

---

[8] Apesar de alguns textos estarem atualmente utilizando a tradução literal "empoderamento", esta questão ainda não foi suficientemente debatida nos estudos de gênero, razão pela qual optamos por manter o conceito no original. Este procedimento, por outro lado, segue sugestão expressa no **Tesauro sobre Mulheres e Relações de Gênero**, instrumento para indexação bibliográfica que foi elaborado por Danielle Ardaillon e Sandra Ridenti, em projeto por mim coordenado na Fundação Carlos Chagas, em cuja biblioteca está sendo testado.

para o *empowerment*, das mulheres como vítimas da discriminação para as mulheres como agentes e beneficiárias das mudanças.

O interesse principal do HDR/95 para este texto é que, com o objetivo de medir a igualdade de gênero, ele constrói um índice de desenvolvimento com a perspectiva de gênero. Para tanto, faz inicialmente uma revisão dos principais paradigmas teóricos que nortearam o conhecimento sobre as mulheres, aponta seus progressos nas duas últimas décadas e as áreas que tem sido mais resistentes ao seu fortalecimento.

Esta revisão teórica mostra que as mulheres fizeram grandes progressos em relação à saúde e à educação. Sua esperança de vida cresceu 20% mais rápido do que a dos homens; as taxas de fertilidade declinaram, como resultado do aumento no uso de contraceptivos; a mortalidade materna caiu. O progresso das mulheres foi maior na alfabetização de adultos e nas matrículas escolares, no mundo em desenvolvimento; nos países industrializados, a proporção de mulheres em cargos de administração e gerência triplicou, de 15% em 1970 para 40% em 1990.

Apesar desses progressos, no entanto, as mulheres ainda se defrontam com barreiras em seu acesso a oportunidades econômicas e políticas: detém apenas 36% dos empregos e um vigésimo das posições políticas de mando: constituem a maioria da pobreza; sua participação no trabalho aumentou apenas três pontos percentuais no espaço de duas décadas, de 37% em 1970 para 40% em 1990. Além disso, recebem salários médios mais baixos do que os dos homens, seja porque estão em empregos mal-pagos ou no setor informal, seja porque efetivamente recebem salários inferiores pelos mesmos trabalhos. Na maioria dos países, as mulheres quase não têm representação parlamentar ou têm menos de 5%.

Em suma, enquanto as portas da educação e da saúde se abriram rapidamente, as das oportunidades econômicas e políticas estão se abrindo mais lentamente. Ainda há muita desigualdade, violência e desrespeito para com as mulheres. O trabalho realizado por elas é desvalorizado e não pago. O Relatório levanta dados sobre o uso do tempo pelas mulheres em 31 países, a fim de visibilizar sua contribuição à sociedade, no trabalho de mercado e no doméstico. Apesar de limitados, os dados mostram uma história dramática: as mulheres trabalham mais horas do que os homens e a maior parte do que fazem permanece não-paga, não-reconhecida e desvalorizada.

Mas, segundo o novo modelo de desenvolvimento humano proposto por este grupo de trabalho comissionado pelas Nações Unidas, não há nenhuma razão para que atividades como criar filhos, cozinhar, cuidar da casa e outras não sejam valorizadas. Por isso, o HDR/95 faz uma estimativa desta contribuição invisível das mulheres à renda nacional. Enfatiza a necessidade de levantar dados sobre gênero e propõe, pela primeira vez em um documento desta natureza, dois índices para medir a igualdade de gênero em uma escala global:

- o ***GDI/gender related development index (índice de desenvolvimento relacionado a gênero)*** que se concentra na desigualdade de sexo em relação às mesmas variáveis incluídas no ***Índice de Desenvolvimento Humano*** (***HDI/human development index***), que são a esperança de vida, o desempenho educacional e a renda.

- o ***GEM/gender empowerment measure (índice de "empowerment" de gênero)*** que focaliza certas áreas selecionadas de oportunidades econômicas e políticas que, em conjunto, são capazes de medir, com razoável precisão, a posição de comando ocupada pelas mulheres na sociedade. São elas a representação de mulheres nos parlamentos e governos; sua participação na força de trabalho em cargos elevados e sua capacidade de obter rendimentos.

O GDI e o GEM são dois índices compostos que usam uma nova metodologia[9] e que permitem classificar os países em termos de defasagens de gênero. O GDI mede os resultados nas mesmas áreas que o HDI, esperança de vida, nível educacional e renda, mas leva em conta as desigualdades de resultados entre homens e mulheres, de tal forma que o índice será tanto mais baixo quanto maiores forem essas desigualdades. O GDI nada mais é, portanto, do que o HDI ajustado para as desigualdades de gênero. Aplicado a 130 países com dados adequados e comparáveis, o GDI revelou que a desigualdade de gênero existe em todos os países, o que se expressa em um GDI inferior ao HDI. Numa escala de 0 a 1, os escores mais elevados foram os da Suécia, Finlândia, Noruega e Dinamarca, o que não é surpreendente porque nos países nórdicos a igualdade entre os sexos e a participação

---

[9] A metodologia de construção desse índice é descrita nas notas técnicas 1 e 2, pag.125 e segs. do Human Development Report 1995, United Nations Development Program/UNDP, New York, Oxford University Press, 1995. Nelas o leitor interessado poderá se informar sobre os procedimentos estatísticos adotados para corrigir desigualdades sexuais pré-existentes em alguns desses indicadores, como é o caso da esperança de vida, sistematicamente mais elevada entre as mulheres.

poder de renda. Os países que tiveram melhor desempenho foram aqueles nos quais mais se abriram oportunidades econômicas e políticas para as mulheres. Mas em quase todos os países ainda há muito a fazer em termos de igualdade de gênero. As áreas mais atrasadas sem dúvida são a representação política e o acesso a postos de comando. A mensagem é clara para os formuladores de políticas: na maioria dos países, industrializados ou não, as mulheres ainda não são admitidas nos corredores do poder econômico e político, constituindo minoria no exercício do poder e na tomada de decisões.

No que diz respeito ao tema deste texto, uma reflexão sobre o uso de estatísticas sensíveis às desigualdades de gênero, o que é possível extrair do conhecimento desses índices? Justamente o fato de que o GEM é uma medida que pode ser efetivamente considerada uma *estatística de gênero*, vale dizer que é possível construir estatísticas de gênero. A elaboração do GEM parte da teoria de gênero e combina indicadores específicos desse campo. Enquanto o GDI introduz a variável sexo junto aos indicadores já utilizados pelo HDI, o GEM vai mais além e ajusta suas lentes para ver melhor as relações de gênero. Ele é um índice construído a partir da teoria de gênero, que combina indicadores em áreas sobre as quais já existe uma ampla reflexão teórica nesse campo de estudos. Ao considerar os percentuais femininos de participação nos governos e Parlamentos, nos cargos de comando e a capacidade das mulheres de obter rendimentos, o GEM leva em conta, precisamente, as áreas nas quais as conquistas das mulheres foram menos significativas, em quase todos os países. Mede, portanto, o poder das mulheres. Segundo o texto do Relatório, "*o GDI se concentra nas mesmas variáveis que o HDI, mas focaliza **a desigualdade entre homens e mulheres** bem como o resultado médio de todas as pessoas tomadas em conjunto*" enquanto o GEM "*é um índice que focaliza três **variáveis que refletem a participação das mulheres** nas decisões políticas, seu acesso a oportunidades profissionais e seu poder econômico*" (pag. 72, tradução e grifo meus). Mas embora apresentem essas diferenças, ambas as medidas têm como proposta contribuir para a transformação da condição subordinada das mulheres e para a construção de um novo conceito de desenvolvimento que incorpore homens e mulheres em condições de igualdade[10]. E isto nos faz pensar, para concluir, que é menos importante saber se a estatística é **de gênero** ou **sensível a gênero**, do que garantir que a perspectiva teórica, a

[10] Como é reiterado no Relatório, *development, if not engendered, is endangered* (*se não levar em conta o gênero, o desenvolvimento corre perigo*) (pag. 23, tradução minha).

política das mulheres faz parte de uma política nacional. O Brasil ocupa o 53° lugar no *ranking* dos países, com um GDI de 0,709 (tabela 3.1, p. 76).

Várias conclusões podem ser extraídas da aplicação deste índice. Primeiro, nenhuma sociedade trata as mulheres da mesma forma que os homens. Segundo, a igualdade de gênero não depende do nível de renda da sociedade. A Tailândia, por exemplo, apresenta um GDI mais elevado do que o da Espanha (0, 798 no primeiro caso, 0,795 no segundo), embora o valor de sua renda *per capita* corresponda a menos da metade da espanhola. O que significa que a igualdade de gênero depende muito mais de uma firme vontade política do que da extensão da riqueza nacional. Terceiro, houve significativo progresso nas duas últimas décadas, embora ainda haja muito por fazer. Analisando todos os países em seu conjunto, o GDI aumentou de 0,432 em 1970, para 0,638 em 1992, atingindo 0,869 nos países industrializados e 0,560 nos países em desenvolvimento. No Brasil, uma das exceções entre os países da América Latina e Caribe, o índice aumentou de 0,418 para 0,709 no mesmo período. A maior causa da diminuição da desigualdade de gênero no período 70-92 foi o maior acesso das mulheres à educação. Apenas para citar um exemplo extraído do Relatório, nos Emirados Árabes a taxa de alfabetização, que em 1970 era de 9% entre as mulheres e de 27% entre os homens, atingiu 77% para ambos os sexos em 1992.

Mas é sem dúvida o GEM o índice que procura ir mais fundo na mensuração das desigualdades sexuais e da posição ocupada pelas mulheres nas sociedades. Procura determinar o nível de fortalecimento ou enfraquecimento das mulheres em diferentes aspectos da vida pública, em comparação aos homens. Examina se as mulheres são capazes de participar ativamente da vida econômica e política dos países, bem como tomar parte na tomada de decisões. Para tanto, focaliza três variáveis: a parcela de empregos profissionais e de cargos de comando ocupada por elas, sua capacidade de gerar renda e o percentual de lugares ocupados por mulheres nas casas parlamentares.

O GEM foi calculado para 116 países que dispunham de dados comparáveis para as três dimensões. Numa escala também de 0 a 1, apenas 9 países, entre eles os nórdicos, apresentaram valores acima de 0,60, enquanto 24 mostraram valores abaixo de 0,25. O Brasil ocupa o 58o. posto, com um GEM de 0,358, resultado da combinação de 5,5% de cadeiras ocupada por mulheres no Parlamento, 17,3% dos cargos de administração e comando, 57,2% dos empregos profissionais e técnicos, além de 22,9% de mulheres com

procura de estatísticas e sua análise sejam comprometidas com a equidade de gênero. Somente isto propiciará a disponibilidade de informações indispensáveis para que os formuladores de políticas sociais possam planejar um desenvolvimento integrado, que incorpore e fortaleça as mulheres, em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEP - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. III Seminário Metodológico sobre os Censos Demográficos. *Informativo ABEP*, Rio de Janeiro, n.22 (ed. especial), jul./set., 1984.

ABREU, Alice P.; SORJ, Bila. *Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas - uma revisão da literatura*. In: ABREU, Alice P.; SORJ, Bila (orgs.). O trabalho invisível - estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1993.

AGUIAR, Neuma (coord.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

BARROSO, Carmem L. M. ; MELLO, Guiomar N. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.15, dez., 1975. p.47-77.

BARROSO, Carmem. Sozinhas ou mal acompanhadas: a situação das mulheres chefes de família., *Anais*...Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 4...[Associação Brasileira de Estudos Populacionais], Belo Horizonte, 1978, p.457-72.

BLAY, Eva. *A mulher e o trabalho qualificado na indústria paulista*. São Paulo: USP; departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas , 1972. [teses de doutoramento]

BRUSCHINI, Cristina. *Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais*. São Paulo: FCC, 1989. (Textos FCC, nº 1).

BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina de O. (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v.2, n.3, 1994.

BRUSCHINI, Cristina. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos oitenta. *O Trabalho no Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo:LTr, 1995.

BRUSCHINI, Cristina; MADEIRA, Felícia. A família, a estrutura social e as formas de participação na produção social. Cadernos CERU, SãoPaulo, n.18, p.147-86,1983.

BRUSCHINI, Cristina; RIDENTI, Sandra. *Desvendando o oculto: família e trabalho domiciliar em São Paulo*. In: ABREU, Alice P.; SORJ, Bila (orgs.). O trabalho invisível - estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1993.

CAPELLER, Wanda M. L. (org.). *A metodologia de estudos sobre mulher.* Rio de Janeiro: EDIPUC, 1982.

COMPILING SOCIAL INDICATORS ON THE SITUATION OF WOMEN. *Studies in methods.* series F, n. 32, UNITED NATIONS, New York, 1984.

FUNDAÇÃO IBGE, PNAD - Anteprojeto de Revisão (Módulo I) - A questão conceitual, 1990, mimeo

FUNDAÇÃO IBGE, UNICEF. *Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil*: características sócio-demográficas 1970-1977. Rio de Janeiro, 1982.

FUNDAÇÃO IBGE. *Censo Demográfico 1991.* IBGE, n.1, Brasil, 1991.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Trabalho no Brasil: síntese de indicadores 1989-1990. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

HARDING, Sandra. Is there a feminist method? In: TUANA, Nancy (ed.). *Feminism and science.* Bloomington: Indiana University Press, 1989. p.17-32.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero: uma breve introdução. In: *Gênero e desenvolvimento institucional em ONGS.* Rio de Janeiro: IBAM/ENSUR/NEMPP; Madrid, Instituto de la Mujer, 1995.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT 1995. Published for the United Nations Development Programme (UNDP), New York, Oxford University Press, 1995.

MADEIRA, Felícia ; SINGER, Paulo. Estrutura de emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, n.13, 1975.

MIRANDA, Glaura V. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. *Cadernos de Pesquisa.* São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.15, dez., 1975. p.21-36.

PENA, Maria Valéria J. O estado das informações sobre a mulher no Brasil - uma avaliação. (*Texto para discussão*) Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1989.

RELATÓRIO GERAL SOBRE A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA. IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Ação para igualdade, desenvolvimento e paz. República Federativa do Brasil, Pequim, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.* São Paulo: Livraria Quatro Artes, 1969.

SCOTT, Joan W. Gender: a useful category of historical analysis. *The American Historical Review.* Nova Iorque, v.91, n.5, p.1053-75, dec.,1986.